

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

LUCAS ATHENIENSE BRÁULIO

A questão Israel e Palestina: uma proposta de abordagem histórica.

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientadora: Ludmilla Savry Almeida

Juiz de Fora

2026

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **LUCAS ATHENIENSE BRÁULIO**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201873171A, declaro que sou o autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **A questão Israel e Palestina: Uma proposta de abordagem histórica**, desenvolvido entre o período de 21/06/25 até sob a orientação de Ludmila Savry Almeida, ora entregue à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) como requisito parcial a obtenção de grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daqueles cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos do autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, afirmo a presente.

Juiz de Fora, 22 de janeiro de 2026

LUCAS ATHENIENSE BRÁULIO

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar um período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data de entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

A Questão Israel e Palestina: Uma proposta de abordagem histórica

Lucas Atheniense Bráulio¹

RESUMO

O conflito entre Israel e Palestina engloba algumas complexas questões que para que se consiga entender todo o contexto histórico deste conflito, há de se investigar a história a partir da Antiguidade e ir atravessando o tempo até a atualidade, ressaltando pontos importantes e imprescindíveis para o melhor entendimento deste material. É importante destacar o período da Antiguidade, onde se englobava sumérios, assírios e hebreus e é igualmente importante para a melhor compreensão deste embate entre Israel e Palestina. Também irá se destacar o período da Segunda Guerra Mundial, quando o Movimento Sionista obteve grande ascensão, e principalmente na implantação do regime nazista, esses mesmos movimentos sionistas fizeram alianças com os nazistas tendo como objetivo a consolidação de um Estado apenas para os judeus. E por fim, esse artigo vai desembocar nas atualidades do conflito de Israel e Palestina, na complexidade entre grupos organizados como o Hamas, e no genocídio que está ocorrendo com o povo palestino.

PALAVRAS-CHAVE: Israel, Palestina, Movimento Sionista

1.INTRODUÇÃO:

Atualmente, o conflito entre Israel e Palestina vem reverberando nas principais mídias digitais e nos jornais, mostrando de forma bem detalhada todos os aparatos da guerra, que tanto o governo israelense quanto os grupos (por alguns considerados terroristas) usam para impor seu lugar de poder e mostrar seu poderio militar.

No dia 7 de outubro de 2023, eclodiu uma das fases mais sangrentas e sanguinárias deste histórico conflito, onde muitas pessoas que até então não tinham muito conhecimento dessa guerra histórica, ficaram chocadas com imagens de pais e crianças tentando sobreviver em meio a destroços e mísseis atacando suas cidades e suas residências. O grupo Hamas iniciou o ataque com o argumento de que a ação teria sido em resposta a décadas de opressão israelense, assassinatos de palestinos e anos de bloqueio à Faixa de Gaza.

Em uma entrevista à Associated Press, em abril de 2024, o ex-presidente do gabinete político do Hamas, Khalil al-Hayya, deu a seguinte declaração:

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Email: lucas.atheniense@estudante.ufjf.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Ludmilla Savry dos Santos Almeida.

“Era necessário ativar um alarme no mundo para dizer para eles que o povo palestino não aceitará o pagamento e que existem pessoas que tem uma causa e também demandas que precisam ser atendidas: nosso território está ocupado, nosso povo está em fuga.” (Al-HAYYA, 2024)

Sendo assim, essa declaração demonstra com clareza que o povo da Palestina não apenas sofreu décadas de embate contra o povo judeu, mas que a população da Faixa de Gaza também tem uma história e tem seus direitos e causas a serem respeitadas não apenas pelo povo israelense, mas também pelo mundo. Inteiro.

Este artigo buscará tratar da temática articulando temporalidades distintas desde a Antiguidade, passando pelo Movimento Sionista do final do século XIX, pela Segunda Guerra Mundial e suas décadas seguintes para chegar à atualidade buscando traçar processos que envolvam tanto rupturas quanto discursos de continuidade.

2. O MOVIMENTO SIONISTA:

Para se entender melhor esse conflito histórico entre Israel e Palestina, é necessário fazer uma explicação sobre o que é o sionismo, um movimento ultranacionalista onde os líderes e apoiadores judeus desta linha buscam pelo direito de terem seu lugar garantido na Terra Prometida.

O movimento sionista teve início no fim do século XIX, onde o principal autor desta ideologia, o jornalista e advogado Theodor Herzl, publicou seu livro intitulado: “O Estado Judeu” em 14 de fevereiro de 1896. Neste livro, Herzl se dirigia às populações árabes na Palestina como: “devemos desapropriar gentilmente, procurar emprego para eles nos países vizinhos e negando trabalho no nosso país” (GELVIN, 2017). Ou seja, Theodor Herzl sutilmente influenciou na expulsão dos árabes na Palestina, e que esse processo deveria ser feito de modo discreto e circunspecto.

Essa atitude e ação de Herzl foi uma tentativa de lembrar do passado judeu, onde os hebreus foram recebidos com uma mensagem do lugar de direito deles, a “Terra Prometida”. Podemos analisar a proposta de Herzl e seus partidários através do conceito de “usos políticos do passado” de François Hartog e Jacques Revel (2001, p.8), os quais podem ser definidos, de forma simplificada, como a experiência temporal é representada, apropriada e difundida por indivíduos ou grupos com o intuito de produzir um tipo de sentido e orientação no presente por meio de narrativas como as de origem de legitimação.

Na década de 20, o sionismo europeu produziu um personagem importante: Vladimir Jabotinsky (filósofo e escritor ucraniano de Odessa) um sionista-fascista de grande importância. Organizou em 1923,

na Letônia, o grupo miliciano de Betar: esse grupo de jovens incorporou o aparato dos grupos fascistas na Europa: “como uniformes, ensinamentos sendo puro nacionalismo (MASALHA, 1992, p. 24-25; GELVIN, 2017, p 95)”. Jabotinsky era oposição à liderança sionista moderada de Chaim Weizman, e liderava o grupo dos “revisionistas” que eram efetivamente fascistas radicais e tinha como objetivo central: o estabelecimento de um Estado Judaico em todo o território da Palestina com mandato e controle territorial.

2.1. APROPRIAÇÕES DO PASSADO PELO PRESENTE:

Outro conceito importante para a análise é o da invenção das tradições, na qual Eric Hobsbawn e Terence Ranger (1997, p.15) defendem que indivíduos, grupos sociais ou instituições políticas se utilizam por vezes de uma suposta continuidade histórica, seja por lenda ou invenção, para ressignificar ou dar continuidade a uma ideia que já foi usada no passado antigo. Como exemplo, pode-se citar os Estados Unidos da América usando o símbolo da águia, que foi uma das marcas registradas do Império Romano, usando deste símbolo para demonstrar força e poder.

O mesmo pode se dizer da Alemanha no regime nazista, pois Adolf Hitler também buscou o significado da águia no Império Romano para uso próprio de seu governo totalitário, tendo como finalidade a demonstração de imponência, poderio militar e força absoluta. O regime nazista alemão também aderiu o conceito de “usos do passado” quando adotou o símbolo da suástica, no qual, originalmente, ela é pertencente às religiões como hinduísmo e o budismo, e seu significado é de prosperidade e boa sorte. Entretanto, esse simbolismo original ficou manchado pelo governo nazista, sendo até hoje a suástica lembrada e marcada pelas atrocidades e pelo Holocausto judeu, o maior do século XX.

Sendo assim, e para entender melhor o sionismo e a origem deste conflito que atravessa séculos da história, é necessário voltar à Antiguidade para se entender melhor como se originou a busca dos judeus pela “Terra Prometida”, e também o embate entre Israel e Palestina, que hoje se tornou pauta nas principais mídias

3. ANTIGUIDADE: HEBREUS E A TERRA PROMETIDA

Na Antiguidade, nem se falava ainda sobre os territórios de Israel e Palestina, mas sim haviam muitos povos e etnias espalhadas por essa área. Um deles eram os hebreus, que era um termo genérico, que inclusive ocupavam a área que é hoje a atual Palestina. Mais tarde, esse termo passou a designar um grupo específico. Os primeiros hebreus da época ocuparam a região por volta de 2000 a.C.² e tinham origem semita. O primeiro grande líder hebreu foi o Abraão, segundo a tradição, ele pregava uma nova religião, monoteísta, a qual foi o elemento unificador do povo hebreu.

² As datas aqui mencionadas fazem parte de uma tradição baseada nos relatos da chamada Bíblia Hebraica.

Todo embate tem origem a partir do momento o qual o Deus único, Jeová, prometeu uma terra onde jorraria “leite e mel”. Dos herdeiros de Jacó, descenderam os grupos familiares originais, onde teve a criação das 12 tribos de Israel. Esse parágrafo mostra a origem do conflito, pois desde a proclamação do Deus único Jeová sobre uma “Terra Prometida”, os hebreus iniciaram a sua peregrinação e sua busca por tal local sagrado. Ao ingressarem na chamada “Terra Prometida”, eles encontram um território o qual conviviam múltiplas configurações políticas como populações organizadas em tribos, cidades-estados independentes, pequenos reinos, e áreas de influência de grandes potências. Além disso, havia também uma variedade extensa de práticas religiosas politeístas.

Depois da promessa feita pela “Terra Prometida” por Deus à Abraão, aconteceram provavelmente acirramentos nos conflitos na região e uma grave seca na cidade de Canaã, e seria difícil de manter uma estrutura do rebanho e da agricultura, sendo este um dos principais motivos da ida dos hebreus para a região do Egito, por volta de 1700 a.C. Mas não foi apenas por esse motivo que os hebreus saíram de Canaã, mas também devido ao fato de que José, filho de Jacó, havia sido vendido pelos irmãos, porém isso não impossibilitou o próprio José de se tornar um hábil administrador de víveres no Egito. Sendo assim, devido à forte seca que atingiu a região de Canaã, e devido também ao Egito ter grandes armazenamentos alimentícios, grande parte por causa de José, os hebreus migraram-se para a região egípcia.

Quando da chegada dos hebreus no Egito, ele se encontrava, ao menos sua região mais ao norte, dominada pelos hicsos, outro grupo de origem oriental. Quando da sua expulsão, as autoridades egípcias chegaram a considerar os hebreus como seus colaboradores. Tal situação levou-os a serem escravizados.

Essa escravização do povo hebreu teria durado até os anos 1300 a.C., quando houve o surgimento de uma figura libertadora dos hebreus. Segundo a tradição, o novo faraó surgiu, expulsando os hicsos e escravizando os hebreus, e ordenado a morte de alguns meninos, um desses era Moisés. Seu nascimento ocorreu na corte egípcia e ele foi criado pela filha do novo faraó (com uma certa influência da religião monoteísta). Após fugir do Egito após matar um capataz egípcio que maltratava um hebreu, Moisés teve uma mensagem de Deus em uma sarça ardente, dizendo que era para ele retornar ao Egito e libertar o povo hebreu da escravidão pelo novo faraó.

A viagem de libertação do povo originário de Canaã durou cerca de 40 anos, segundo a tradição, para a Terra Prometida, com milagres como a abertura do “Mar Vermelho”, onde o povo hebreu passou pelo mar, e quando foi a vez dos egípcios, acarretou o afogamento desses, pois o mar já havia fechado. Durante a peregrinação, Moisés recebeu no Monte Sinai (Horebe) o código, a lei dos 10 mandamentos. Mas durante esses 40 longos anos, Moisés não chegou ao seu destino final junto a seu povo, mas sim Josué. E após disso houve uma fixação do povo hebreu na Palestina (após recuo dos egípcios).

É importante ressaltar que a partir do momento que os hebreus vão para o Egito, eles eram um povo genérico, um povo em menor expressão. Mas após o êxodo, depois de todo o processo de escravidão o qual eles passaram, e após seu líder, Moisés, ter recebido os 10 mandamentos (a Torá, recebida no Monte Sinai), os hebreus voltaram do Egito com uma conexão mais forte com Deus, um novo estabelecimento, um novo pacto e a crença em um Deus único, criador do universo e dos homens. No

centro das concepções político-religiosas israelitas estavam as noções de escolha e aliança: o povo de Israel fora escolhido por Yahweh, que com ele pactuara uma aliança, como podemos ler na citação a seguir, tirada do livro da Bíblia: “Pois tu és um povo consagrado a Yahweh teu Deus, foi a ti que Yahweh, teu Deus, escolheu para que pertencesse a ele como seu povo próprio, dentre todos os povos que existem sobre a face da terra.” (Deuteronômio 7:3)

Na volta do êxodo, no retorno do Egito, os hebreus começam a se organizar melhor, com mais conhecimento e mais estruturas e ferramentas para um povo mais consolidado. Enquanto Josué estava vivo, ele mantinha as 12 tribos juntas através de um comando militar e espiritual singular. Depois da sua morte (e a dos anciãos que os acompanhavam), não houve a nomeação de um sucessor direto. Cada tribo passou a ser responsável por administrar seu próprio território e completar a expulsão dos povos locais.

A partir dessa época, e logo após a morte de Josué (liderança sucessora de Moisés), foi um período e transição que foi marcado pela ausência de um líder centralizado e pela adaptação das tribos em Canaã. Essa fase dos juízes, é importante ressaltar, foi uma fase em que os indivíduos tinham autoridade para mediar conflitos internos e organizar a defesa hebraica contra as ameaças externas de outros povos invasores (como filisteus e os amoritas). A reunião dessas tribos formava uma confederação sem capital ou exército articulado.

3.1: FASE DOS JUÍZES E FASE DOS REIS

A Fase dos Juízes (por volta de 1400-1050 a.C.), trata-se da fase de organização das doze tribos hebraicas na região da Palestina, após o êxodo do Egito. Ela é marcada por maior organização social entre as tribos, que eram independentes entre si, mas que seguiam as orientações de juízes. Mas a Fase dos Juízes, é importante dizer, não se constituía como uma nação consolidada, nem mesmo um Estado, mas sim uma liga fraca, frouxa.

Depois do período dos Juízes, segundo a tradição, teria ocorrido o período dos Reis. Vale ressaltar que somente a partir desse momento, passará a existir de fato uma centralização política minimamente organizada (o chamado Reino de Israel), principalmente nos reinados de Davi e Salomão. Os altos gastos decorrentes deste processo teriam como consequência aumento nos impostos o que, entre outros fatores, teria contribuído para que crescessem descontentamentos, culminando em uma suposta divisão do reino em dois, em torno de 930 a.C. O Reino de Judá, ao sul, teria se mantido mais próximo das tradições e teria mantido a descendência de governantes, enquanto o Reino de Israel, que reuniria a maior parte dos revoltosos, estaria mais aberto às influências externas.

O segundo reino teria sido dominado pelos assírios em torno de 722 a.C. Já o reino de Judá, foi derrotado pela Babilônia, por volta de 586 a.C. Tal diferença entre conquistadores teve uma grande repercussão, já que os assírios são conhecidos por dissociar as populações controladas sendo elas

misturadas a outras populações. Já os habitantes do Reino de Judá teriam sido levados em bloco para a Babilônia, no episódio tradicionalmente chamado de “Cativo da Babilônia”. Mais tarde, com a conquista persa desse território eles foram liberados a voltar ao seu antigo território. Acreditamos que é neste contexto pós-exílico que, ao buscar recuperar seu território, seus próprios governantes e reconstruir seu templo (em Jerusalém) destruído pela invasão babilônica, que se fortalecem os laços de identidade deste grupo específico. Mais tarde ainda vieram as dominações macedônicas e romana.

No período da Antiguidade, vivenciando todos esses percalços, esse grupo reforçou seu discurso de múltiplas perseguições e de perda de seu território prometido (por Deus) toda essa jornada do povo de Israel aumentou e fomentou o argumento de que os judeus foram perseguidos durante séculos de existência e que, por uma ordem divina, eles merecem o lugar na Terra Prometida, na atual Palestina.

3.2: MORTE DE JESUS CRISTO E A DISCRIMINAÇÃO SOFRIDA PELOS JUDEUS

Outro fator a ser considerado, é a discriminação sofrida pelos judeus por suposta culpa na morte de Jesus Cristo. O ocorrido com o líder nazareno é cercado de polêmicas, principalmente pelo fato que de os judeus, pelo senso comum que é falado, são associados como principais culpados pela morte de Cristo.

O historiador André Chevitarese explica que a figura de Cristo era muito populosa, carismática e chamava a atenção por onde passava, e devido a isso, e de forma muito clara e autoexplicativa, sua figura incomodava as principais autoridades da época.

“Uma figura como a de Jesus era um barril de pólvora, em uma região dominada pelos romanos. A revolta estava para acontecer. E antes disso, as autoridades romanas, em conluio com alguns setores da elite judaica (alinhados com os romanos), identificavam essas lideranças e as retiravam do convívio, destinando-as à morte.” (CHEVITARESE, 2022)

O principal argumento que existe para que o sentimento de culpa recaia sobre os judeus tem origem no cristianismo primitivo, onde os evangelhos, escritos posteriormente à crucificação, em um contexto de embate entre a comunidade cristã e a judaica, salientam o papel das autoridades judaicas (Sinédrio e os sumos sacerdotes, como Caifás) na perseguição e entrega de Jesus às autoridades romanas.

Também existe o argumento da “Culpa de Sangue”, onde uma passagem que é citada, sendo a de Mateus 27:24-25, após Pôncio Pilatos lavar as mãos, a multidão supostamente clama: “Que o sangue dele caia sobre nós e nossos filhos”, sendo essa frase interpretada pelos cristãos por muito tempo como se fosse uma admissão de culpa coletiva para todo o povo judeu.

Desde a Antiguidade se desenvolveram justificativas para um tratamento discriminatório contra os judeus, o que perdurou, por exemplo, pelo período da Idade Média, no qual eles eram tratados de forma diferenciada, em relação à maioria cristã do Ocidente medieval.

Historicamente, a reivindicação dos judeus pelo território da suposta Terra Prometida a eles destinada por Deus se confronta com um período relativamente curto no qual eles tiveram um Estado com autonomia própria e minimamente organizado. Na maior parte do tempo, eles apresentavam uma organização tribal fragmentada ou estiveram sob dominação direta ou indireta de outros grupos. Mesmo assim, para sustentar um discurso de natureza sionista, que justificasse seu retorno à região, a relação se estabeleceu com tais curtos períodos de maior estabilidade.

Avançando no tempo, durante a Segunda Guerra Mundial, essa ideia de sionismo voltou com muito vigor através de movimentos nacionalistas de algumas células judaicas, e sempre mantendo como base argumentativa a origem de toda essa história, como citado nos parágrafos acima, da promessa divina por uma Terra Prometida para os judeus.

4. SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A RELAÇÃO ENTRE OS JUDEUS SIONISTAS E OS NAZISTAS

No período da Segunda Guerra Mundial, existiu um embate entre duas linhas ideológicas distintas dentro do judaísmo. De um lado o movimento sionista, ultranacionalista e de extrema direita, que prezavam pela criação de um Estado-Nação judeu autônomo na Palestina, e do outro lado os judeus assimilacionistas, ou não sionistas, que defendiam a plena integração e a participação ativa nas sociedades onde residiam. Mantendo suas especificidades e sua cultura, mas não a criação de um Estado-Nação judeu.

É público e notório que este período citado acima foi conhecido por um dos maiores regimes sanguinários que a humanidade já presenciou, o regime nazista, com o Holocausto sendo o maior genocídio do século XX. Apesar disso, ainda assim o movimento sionista teve contato direto com forças poderosas da frente nazista.

A convite das lideranças sionistas, o barão Mildestein, o nazista do Serviço de Inteligência da SS, especialista responsável pelos assuntos da política racial nazista com os judeus, esteve em visita à cidade de Tel Aviv, em Israel. Tal encontro foi elaborado e celebrado com a cunhagem de uma moeda em que de um lado está presente a Estrela de Davi, e do outro lado está marcada a suástica nazista.

Voltando um pouco da na década de 1930, muitos sionistas alemães apoiaram o projeto político nazista. Milícias sionistas trabalhavam ativamente com a Gestapo, e eram os sionistas que denunciavam a outra parte dos judeus aos nazistas. É importante dizer que, o professor e filólogo Victor Klemperer, nos seus diários pessoais e nas análises sobre o Terceiro Reich, provam o quanto os sionistas eram uma excrescência política para a comunidade judaica alemã. Klemperer escreveu em 1936 que o projeto sionista da Palestina judaica implantava um destino às populações árabes igual aos indígenas norte-americanos:

extermínio e ocupação de terras. O filólogo ainda com ousadia de que o sionismo tem características intrínsecas que se igualam em perfeita harmonia ao nazismo.

Continuando ainda no período de 1933, havia um acordo de cooperação sionista-nazista, o *Há'vara* (Transferência), um acordo dos sionistas com o Ministério dos Negócios Estrangeiros do governo nazista que se resumiria na questão do judeu alemão, interessado em emigrar para a Palestina deveria depositar em um banco alemão uma certa quantia possível, em vários anos o equivalente de milhares de dólares depositados e usados no desenvolvimento econômico da Palestina que estava sob domínio britânico.

Outra figura de demasiada importância nesse estudo e investigação entre o sionismo e nazismo foi a filósofa Hannah Arendt, que salientou que durante a guerra, uma das atividades dos sionistas era a função de escolher nos campos de concentração quais judeus iriam para a Palestina, com preferência a jovens com melhores condições físicas.

O ódio dos judeus-sionistas aos árabes palestinos foi antecedido por décadas de ódio dos britânicos aos árabes em geral. A Palestina pertencia aos árabes havia centenas de anos, triunfara a cultura árabe-muçulmana por mais de mil anos. Shlomo Sand descreve a presença árabe, afirmando no século VII: “um dos segredos da força do exército muçulmano residia em atitudes “liberais” e moderação em relação às crenças dos povos dominados” (SAND, 2011). As regras de Maomé, afirma Sand: “reconheciam judeus e os cristãos como povos do Livro” e lhe concediam um estatuto protegido reconhecido pela lei”. Maomé afirma em uma carta:

“Todo convertido ao islã, quer seja judeu ou cristão, deve ser aceito como fiel – tanto seus direitos quanto seus deveres são iguais aos de seus semelhantes. E aquele que quer preservar seu judaísmo ou seu cristianismo não deve ser convertido, deve pagar seu imposto atribuído a cada adulto, homem ou mulher, livre ou escravo”. (SAND, 2011, p.235).

Para muitos sionistas, era um pecado irreparável o judeu se fazer de alemão e deixar o “povo” originário: a “assimilação” tornou-se do ponto de vista sionista uma catástrofe. Um grande chefe sionista, tal como os nazistas, afirmou: “Se não houver casamentos mistos, não pode haver assimilação de qualquer tipo”, e mais: “só a preservação da pureza racial garante a preservação da integridade nacional e para isso nós precisamos de um território próprio” (BERNARDO, 2003, p. 726-727).

Ben Gurion, como primeiro ministro de Israel em 1948, reiterando os mitos de fundação daquele Estado para o judaísmo mundial:

“Ao sair da diáspora, nosso povo foi arrancado da terra sobre a qual a Bíblia geminou e foi tirado do âmbito da realidade política e espiritual na qual se desenvolveu [...]. No

exílio, a imagem de nosso povo foi distorcida, deformada como a da Bíblia. Os pesquisadores bíblicos cristãos, em sua parcialidade cristã e antissemita, fizeram da Bíblia o caminho para o cristianismo, e os próprios comentadores judeus, tirados do ambiente bíblico e de seu clima espiritual e material, não podiam mais compreender o Livro dos Livros como ele o merecia. É apenas agora, que, livres em nosso país, nós respiramos novamente o ar que envolvia a Bíblia. Parece-me que é chegado o tempo de apreender sua essência e sua confiabilidade, tanto no plano histórico e geográfico, quanto no plano religioso e cultural” (SAND, 2011, p.143).

Após os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, e devido à perseguição dos judeus pelas grandes lideranças nazistas na época, naturalmente o movimento do sionismo, antes iniciado em 1896 com o famoso livro escrito por Theodor Herzl, “O Estado Judeu”, voltou com mais força e mais significância.

Após o genocídio judeu, tornou-se claro para muitos sobreviventes do Holocausto que os judeus necessitariam de um lugar onde eles pudessem viver em segurança e independência. Então, sendo assim, o sionismo cresceu ainda mais forte entre estes sobreviventes, líderes internacionais, e outras lideranças. Quando o Estado de Israel foi fundado em maio de 1948, os cidadãos que passaram pelo Holocausto receberam esse Estado como sua pátria, onde não seriam mais uma minoria.

4.1: SIONISMO NO PÓS-GUERRA E A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

Devida à piora da crise dos refugiados, o governo britânico levou o assunto à Organização das Nações Unidas. No dia 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU votou para fazer a divisão do território do Mandato Britânico da Palestina em dois novos estados, um judeu e um árabe. Essa divisão claramente foi aceita pelas lideranças judaicas, mas contrariada pela parte dos árabes.

Quando os britânicos começaram a tirar as suas forças em abril de 1948, os líderes sionistas prepararam para estabelecer formalmente um estado judeu moderno. No dia 14 de maio de 1948, David Ben- Gurion, anunciou a independência do Estado de Israel, declarando que o Holocausto nazista, que engolfou milhões de judeus na Europa, provou novamente a urgência do estabelecimento de um Estado judeu, o que resolveria o problema da falta de um lar, abrindo os portões para todos os judeus e elevando o povo israelita à condição de igualdade na família de nações. Essa declaração de Independência do Estado Judeu, foi publicada em inglês no jornal “New York Times” em 15 de maio de 1948.

Por fim, nesse mesmo dia, o então presidente norte americano na época, Truman, reconheceu o novo Estado de Israel, sendo assim as limitações à imigração judaica para Israel foram imediatamente eliminadas. Embora fossem uma minoria da população de Israel, os sobreviventes do Holocausto fizeram contribuições significativas para a nação.

Após a criação do Estado de Israel pela ONU, no dia 29 de novembro de 1947, se passaram 19 anos quando se iniciou um conflito militar que também teve importância nessa historicidade entre Israel e Palestina, que foi a Guerra dos Seis Dias, que consequentemente Israel saiu mais fortalecido desse embate.

5. GUERRA DOS SEIS DIAS E FORTALECIMENTO DE ISRAEL

Antes da guerra de fato, houve alguns desdobramentos para se entender melhor. O Estado de Israel consegue expandir suas fronteiras cartográficas além do que foi definido na resolução do dia 29 de novembro de 1947, função de um plano orquestrado pela França, Inglaterra e o Estado sionista, buscando a tomada do controle do Canal de Suez em 1957.

Nesse ano, após a nacionalização do canal de acordo com o plano francês, ocorreria a invasão do Estado israelense no Egito, e assim o começo das operações militares na região. Segundo a explicação do pesquisador Leonardo Schiocchet, a “Crise do Canal de Suez” teve como fim dois resultados imediatos: crise de legitimidade da ação frente aos próprios britânicos e a comunidade internacional e a intensificação do conflito entre o mundo árabe de um lado, e Israel e as potências europeias de outro.

No dia 14 de junho de 1967, o Estado israelense ataca o Egito, e posteriormente, domina o Canal de Suez, ocupando militarmente o Sinai no Egito, e na Palestina, Jerusalém, Cisjordânia e Faixa de Gaza. Como diz Hourani, o que resultou de maneira mais significativa ao longo do prazo foi fato da ocupação Israelense na Palestina. Os palestinos referem-se à Guerra dos Seis Dias como Al Naksa (revés, recaída). Sendo assim, durante e após a guerra, um contingente maior de palestinos se tornaram refugiados, e ainda uma maior quantidade caiu sob o domínio israelense. Aproximadamente 240 mil palestinos foram forçados a deixarem suas terras. Sendo assim, alguns tornaram-se refugiados pela segunda vez e foram denominados “deslocados de 1967”.

A partir da Guerra dos Seis Dias, começa a ocupação do que é conhecido como “Territórios Palestinos Ocupados” (TPO). Neste sentido, o termo “ocupação” pode se referir à presença militar e administrativa na Cisjordânia, Colinas de Golan e Faixa de Gaza (até 2025), de acordo com o reconhecimento formal da Comunidade Internacional, através de instituições como a ONU ou a Anistia Internacional, e da condenação constante emitida por eles.

A Guerra dos Seis Dias teria vários objetivos, sendo oficialmente o principal deles foi Israel garantir a sua sobrevivência e segurança nacional devido às ameaças externas pelos grupos dos Estados árabes (Egito, Síria e Jordânia), que claramente seus objetivos tinham como a defesa de seus territórios e

o embate contra o poderio militar e o avanço geográfico do Estado. Israel saiu demasiadamente fortalecido desse embate, com uma vitória avassaladora e expressiva contra as forças do Egito, Jordânia e Síria, resultando em ganhos territoriais e na consolidação de sua supremacia militar. Sendo assim, o território inicial designado pela ONU foi ampliado por intermédio da força.

5.: YASSER ARAFAT E A ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP)

Houve uma figura importante e simbólica no meio desse imbróglio de conflito, que foi Yasser Arafat. Arafat, nascido no Cairo, no Egito, se destacou por ser uma figura de liderança para o povo palestino na época de grandes embates. Ele se tornou líder da Organização para a Palestina, e fundador do movimento político Fatah, uma figura complexa de ser entendida, entretanto foi importante e influente o suficiente para comandar a voz do povo palestino em momentos fundamentais em um plano de fundo de embates com lideranças israelenses

Arafat destacou o cenário político da Palestina, e consequentemente, o cenário político e geográfico do Oriente Médio. O povo palestino, além de se sentirem representados, despertaram para uma consciência política e nacional, que permitiram aos palestinos terem uma noção de seu lugar de direito em sua terra. Yasser era conhecido por sua temeridade excessiva, como o episódio da coleta de armas sírias descartadas nas Colinas de Golã (pós-guerra de 1976), igualmente como tentar reestabelecer células do Fatah na Cisjordânia após a ocupação israelense.

O líder da Organização para Libertação da Palestina (OLP) também era obstinado e esperto, pois ele tinha consciência que política não era feita por palavras, mas sim por ações e atitudes, ele sabia da realidade do âmbito político. Arafat preferia dialogar com a parte radical dos israelenses do que com a parte mais moderadora e tolerante, pois sabia que esta não tinha muita capacidade de tomar decisões importantes nos conflitos.

Sobre os Acordos de Oslo de 1993, Yasser Arafat não havia entendido o acordo da forma que deveria ter entendido, parte propositalmente, parte porque ele realmente não compreendia e acabava gerando ambiguidade. Contudo, Arafat tinha uma compreensão instintiva do panorama geral e uma noção de oportunismo, pois para ele, esse tratado representava a perspectiva de recolocar o movimento nacional palestino de volta ao seu próprio território e colocá-lo no caminho para a formação de um Estado.

A ascensão de Yasser à liderança incontestável não era garantida e nem irrefutável. O líder da OLP era um grande aproveitador de oportunidades, ligado no que acontecia nos bastidores dos conflitos, e sabia como aproveitar as chances que apareciam. O impacto de sua liderança se deu nos campos de refugiados de Gaza, onde deram um ar mais favorável ao cenário revolucionário de Arafat. Buscaram remendar uma parte rompida na identidade dos palestinos e moldar uma nova personalidade da política palestina.

6. ATUALIDADES DO CONFLITO: BENJAMIN NETANYAHU E AS FORÇAS DO HAMAS

Fazendo um avanço no tempo, nos tempos da atualidade, e retornando o que foi dito no início deste artigo, os veículos de imprensa e da mídia vem reportando o conflito sangrento e extremamente violento entre Israel e Palestina (ou mais precisamente, a forças militares do grupo Hamas). Em 2012, aconteceu o episódio que os cientistas políticos e historiadores chamam de “Operação Pilar Defensivo”, onde na liderança de Benjamin Netanyahu, Israel atacou a Palestina, deixando 175 mortos e mais de 1.000 ficando feridos. No dia 10 de novembro, Israel atacou um jipe no qual se encontrava 4 adolescentes e esses tiveram suas vidas ceifadas. Ocorreu também um ataque por parte do governo israelense no dia 14 de novembro, onde o exército israelense atacou e assassinou Ahmed Jabari, chefe da ala militar do Hamas, ocorrendo, posteriormente, protestos generalizados.

O bombardeio na Faixa de Gaza teve continuidade durante o fim de semana, com as ações da marinha israelense. Ela atacou e bombardeou dois prédios que abrigavam jornalistas da Sky News, ITN, Al Quds TV, e Press TV. A Associação de Imprensa Estrangeira emitiu um comunicado na época para expressar sua preocupação com o ataque, direcionando para uma declaração do Conselho de Segurança da ONU que proibia todo e qualquer tipo de ataque a jornalistas em zona de combate.

Após 11 anos deste acontecimento, no ano de 2023, Israel sofreu o ataque do grupo Hamas, no dia 7 de outubro de 2023. Hamas usa como um dos principais argumentos não apenas a causa Palestina tão conhecida mundialmente, mas também a possível “profanação” por parte dos israelenses da mesquita de Al-Aqsa. O grupo Hamas entende que as visitas de algumas autoridades e de colonos israelenses acabam por profanar a identidade islâmica local, além de terem restringido a visita e a presença de fiéis palestinos. O grupo de liderança palestino acredita que Israel esteja fazendo um certo tipo de “judaização” nessa mesquita e de Jerusalém.

Mas é importante ressaltar e destacar que esses ataques do grupo Hamas não foram apenas por esses motivos citados e também não apenas pela “Operação Pilar Defensivo”, mas principalmente por todo o histórico do conflito em si, desde os tempos da Antiguidade até os dias de hoje. Pois muitos argumentos dos palestinos e do grupo Hamas é a explicação de que Israel vem sufocando, profanando, invadindo e assassinando os povos na Faixa de Gaza (incluindo árabes também). E o povo palestino (apesar de não concordar com a violência aplicada pelo Hamas aos israelenses, ainda assim suplica pela liberdade da Palestina, uma pauta tão histórica e recorrente atualmente).

Em novembro de 2024, o Tribunal Penal Internacional emitiu um mandado de prisão para Benjamin Netanyahu e também para o líder do grupo terrorista Hamas, por crimes de guerra e contra a humanidade. O TPI argumentou que teve provas o suficiente de que ambos os condenados cometeram crimes de guerra contra civis inocentes, tanto em Israel quanto na Faixa de Gaza. As principais condenações (além das demais) foram “indução à fome como método de guerra” pelo lado de Israel, e “extermínio de um povo” pelo lado do Hamas. Segundo o mandado, o Tribunal encontrou motivos razoáveis para acreditar que o senhor

Netanyahu e o senhor Gallant têm responsabilidade criminal pelos crimes de guerra de fome como método de guerra; e os crimes contra a humanidade de assassinato, perseguição e outros atos desumanos.

Apesar dessa declaração do Tribunal Penal Internacional, o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, em resposta aos ataques terroristas do grupo Hamas, ordenou ataques na Faixa de Gaza, o problema é que esses ataques passaram dos limites e atingiram inúmeros civis inocentes na região, e não diretamente os terroristas. Entre os ataques, está a destruição de um hospital em Gaza em agosto de 2025, onde acarretou a morte de alguns jornalistas. Outro ataque ocorrido em abril de 2025 foi em um colégio onde servia de abrigo para os palestinos. Esse ataque israelense matou 10 inocentes, enquanto outro ataque teve como alvo um hospital infantil.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver este artigo, como parte das exigências para a conclusão do curso de Graduação em Humanidades, foi possível observar que as questões conflituosas entre Israel e os palestinos têm uma longa historicidade. Tendo uma ocupação da chamada Terra Prometida a partir de uma justificativa de natureza religiosa, seu controle mais amplo sobre a área foi, na maior parte do tempo, parcial ou inexistente.

Após a chamada Diáspora ocorrida depois da vitória romana contra a rebelião provincial da década 70 d.C, com a destruição do segundo Templo de Jerusalém, a maioria desse grupo acabou se dispersando por diferentes regiões com o passar dos séculos. No Ocidente medieval eles muitas vezes foram alvo de perseguições por parte da maioria cristã.

As reivindicações apresentadas pelo Movimento Sionista no final do século XIX para um retorno aos seu pretenso território enfatizavam uma estabilidade e um controle efetivo que historicamente foram extremamente frágeis ou de curta duração. O pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente com a realidade exposta do Holocausto, fortaleceu profundamente as demandas sionistas, levando a criação do Estado Moderno de Israel. Contudo, a reinserção ocorreu tantos séculos depois, com a região tendo sido ocupada por uma grande variedade de populações, sobretudo também de origem semitas, mas relacionadas à fé islâmica.

As pretensas necessidades de preservação desse Estado de Israel, artificialmente recriado, o levaram às aspirações expansionistas, concretizadas na década de 1960, com a ampliação territorial frente aos países vizinhos, agravando ainda mais a situação geral. Nas últimas décadas, vivenciamos períodos de maior acirramento dos conflitos intercalados com momentos mais estáveis. Nessa abordagem, buscamos estabelecer um diálogo entre distintas temporalidades históricas através de elementos de continuidades e rupturas.

Acreditamos que um esforço de equilibrar as demandas de ambos os lados com respaldo da comunidade internacional, contribuiria para um processo no qual poderiam conviver paralelamente, dentro

de uma mínima harmonia possível, dois Estados, Israel e Palestina. Contudo, até o presente momento, uma realidade ainda distante de ser concretizada.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Deuterônômio. Português. In: **A Bíblia Sagrada**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de José Luiz Gonzaga do Prado. Ed: Pastoral, 1991. P. 203

BUGIATO, Caio; ROCHA, Samuel; ARAÚJO, Vandrielle, OLIVAR, Brenno; BOTELHO, Lucas. **Israel: Implantação do Estado, Sionismo e governo Netanyahu**. Campos Neuraís: Revista Latino-Americana de Relações Internacionais. Rio Grande-RS. V: 6. N: 1, P: 61-87. 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/17675>

DA COSTA PINTO, João Alberto. **História e Ideologia do Sionismo na Formação de Israel (1948)**. Artigo. Revista de História e Estudos Culturais. Vol 22. Ano: 22. 2025. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Hist%C3%B3ria+e+Ideologia+do+Sionismo&btnG=

DE OLIVEIRA, Rafael Gustavo. **A Guerra dos Seis Dias: 1967, o início da ocupação**. Artigo da série: “Limpeza Étnica” Le Monde: Diplomatie Brasil. 2023. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/guerra-dos-seis-dias-1967-inicio-ocupacao/>

HARTOG, FRANÇOIS; REVEL, Jaques. (Orgs) **Les usages politique du passé**. Paris: EHESS, 2001

HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry; GAARDER, Jostein. **O Livro das Religiões**. Tradução de Isa Mara Lando. 7º Reimpressão. Ed: Companhia das Letras. São Paulo. P. 105-126. 2000

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de JANEIRO: Paz e Terra, 1997.

JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus**. P: P: 27-45 Livro. Editora do Carmo. Brasília. 2018.

LONG, Read. **Yasser Arafat: Why He Still Matters**. Inglês. Página de artigo virtual “Long Read” do jornal britânico: The Guardian. Publicado em :2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2014/nov/13/-sp-yasser-arafat-why-he-still-matters>

LAWATI, Abbas Al; EBRAHIM, Nadeen. **Tribunal Penal Internacional emite mandado de prisão contra Netanyahu**. 2024. CNN. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/tribunal-penal->

[internacional-emite-mandado-de-prisao-contr-netanyahu/](#)

MILGRAM, Avraham. **Reflexões sobre o sionismo e Israel**. Artigo. Revista do Instituto Cultural Judaico, .Vol: 1. N: 1. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/9591>

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Hebreus: Dos Patriarcas aos Juizes**. Mundo Educação da UOL. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/civilizacao-hebraica.htm>